

Petróleo, Royalties & Região

 UcamCidades

Mestrado em Planejamento Regional e Gestão
da Cidade - Universidade Candido Mendes

Campos dos Goytacazes/RJ - Ano XIV, nº 55 – março / 2017

APOIO



INDEXAÇÃO



ISSN 1980-6310



Artigos

O Complexo Industrial-Portuário do Açu: modelo de projeto neodesenvolvimentista ou caso aplicado de acumulação por espoliação?

Zona de impacto: conservação da natureza, Porto do Açu e populações locais: o caso das comunidades extrativistas artesanais no Parque Estadual da Lagoa do Açu - RJ

Porto do Açu: uma análise de conteúdo das notícias na mídia impressa regional

Grandes Projetos de Investimento e produção do espaço fluminense - notas sobre a Instalação do Porto do Açu em São João da Barra - RJ

A estruturação e a dinamização do cluster portuário do Açu: uma abordagem prospectiva

Editorial

Porto do Açu, uma expressão do neodesenvolvimentismo tupiniquim

Porto do Açu, uma expressão do neodesenvolvimentismo tupiniquim

Tudo nos é proibido, a não ser cruzarmos os braços?

A pobreza não está escrita nos astros;
o subdesenvolvimento não é fruto de um
obscuro desígnio de Deus.

(Eduardo Galeano, 1979)

O Boletim Petróleo, Royalties e Região (BPRR), desde seu nascedouro, no início dos anos 2000, tem por premissa uma postura crítica e combativa, expressa pelas análises, entrevistas, editoriais, artigos e pesquisas publicadas ao longo deste período.

Adotando a perspectiva do desenvolvimento regional, procurou contribuir com a disseminação de dados e informações para o debate e a atuação de gestores públicos, professores, pesquisadores, movimentos sociais e sociedade em geral. Notadamente, pelas características da região - até recentemente responsável por mais de 80% da produção nacional de petróleo - onde encontra-se inserido o Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade (Mestrado Profissional e Doutorado), na Universidade Candido Mendes (UCAM) de Campos dos Goytacazes, notabilizou-se, nacionalmente, pelo atento e minucioso acompanhamento do debate em torno das questões ligadas à indústria e às rendas petrolíferas. Sempre crítico e propositivo na análise dos impactos territoriais de Grandes Projetos de Investimento (GPI), o BPRR, neste número, volta os esforços teórico-metodológicos de renomados e jovens pesquisadores para o Complexo Logístico Industrial Portuário do Açu ou, simplesmente, Porto do Açu. A posição estratégica da infraestrutura portuária para a eficiência logística da economia brasileira é inquestionável.

Contudo, GPIs criam grandes expectativas econômicas por um lado e, por outro, produzem impactos territoriais e socioambientais significativos. Sobre tudo no Brasil, historicamente marcado pelo imediatismo e pela fragmentação das políticas de desenvolvimento e de reordenamento territorial.

Diante da complexidade que envolve qualquer abordagem sobre o desenvolvimento brasileiro, seja sob a perspectiva histórica ou na contemporaneidade, o Porto do Açu, localizado no Município de São João da Barra, no Norte do Estado do Rio de Janeiro, retornou ao cenário nacional. Agora não só pela grandiosidade da proposta e pela derrocada econômica do seu idealizador, que resultou na estagnação do projeto e venda para um grupo internacional, mas, também, pelas denúncias que envolvem um nebuloso momento de crise institucional nacional e no Estado do Rio de Janeiro, que coloca sua implantação sob suspeita de ser mais uma operação que envolve corrupção nas relações entre Estado e empresariado privado.

O Porto do Açu ocupa uma área de aproximadamente 80 km², enquadrando-se na definição de GPI de “empreendimentos de grande porte que surgiram sob o discurso de contribuir para a implantação de infra-estrutura e como forma de levar crescimento e progresso às regiões em que foram instalados” (CRUZ; SILVA, 2010, p. 182).

O empreendimento, basicamente,

consiste em dois grandes terminais portuários, uma retroarea para empreendimentos industriais e de serviços. É um GPI portuário integrado no projeto neodesenvolvimentista do último decênio (CRUZ *et al.* 2016). Após as modificações no projeto, realizados pela Prumo, atual proprietária do Porto do Açu, foi mantida a âncora na exportação de minério de ferro, reforçada agora pela orientação como suporte de apoio às atividades offshore do Complexo Petrolífero da Bacia de Campos. Seus impactos podem causar sérios danos ambientais, econômicos e socioespaciais, gerando conflitos e resistências.

As reflexões que compõem este número, partindo desta complexidade inerente ao tema, adotam como pano de fundo as características históricas e socioeconômicas que marcam o Norte Fluminense, região caracterizada por “profundas alterações nas dinâmicas econômica e social e na organização territorial” (PIQUET; OLIVEIRA, 2005, p. 111) em virtude da transição de uma economia baseada na atividade sucroalcooleira para se tornar, até recentemente, a sede da indústria de extração de petróleo e gás natural do Brasil (CRUZ, 2005), o que legou uma herança de esvaziamento econômico, desemprego, emprego precário, pobreza e concentração de renda.

O presente número do BPRR, portanto, vem relevar, de forma minuciosa, os problemas decorrentes da implantação

do Porto nesse território. Da expectativa frustrada a impactos socioambientais, a parceria Estado e Porto do Açu, e seus agentes financiadores, mostra a face real de um GPI descolado do território que o sedia, imposto sem diálogo nem planejamento, conforme o leitor poderá conferir ao longo dos cinco artigos que compõem a presente edição. Diante desse contexto, no primeiro artigo, "O Complexo Industrial-Portuário do Açu: modelo de projeto Neodesenvolvimentista ou caso aplicado de acumulação por espoliação?", o Dr. Marcos A. Pedlowski, eminente professor da Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), avalia as ações e medidas jurídicas, políticas e procedimentais adotadas para viabilizar o empreendimento. Em sua crítica ao 'processo de globalização dependente da economia brasileira', ilustrado no Porto do Açu, o texto é conduzido a partir da inalcançável ideia de 'redenção' para a Região Norte Fluminense. Em sua análise, o autor destaca a atuação conjunta entre Estado e iniciativa privada no esvaziamento de espaços ocupados e, por meio desta "acumulação por espoliação", produziram remoções de centenas de famílias a preços irrisórios e resistências das populações atingidas. Por fim, merece destaque a consistente análise da fragmentação do licenciamento ambiental, tema ainda pouco debatido em estudos de caso, mas que revela sua importância neste modelo neodesenvolvimentista, que procura minimizar os impactos ambientais de megaempreendimentos e seus efeitos sinérgicos sobre o território, bem como a contribuição para a invisibilidade e a fragilização das populações afetadas. No segundo artigo, resultados de pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF), conduzida pela Dra. Alba Simon, pós-doutoranda, e pelos mestrandos Rodrigo Vilhena Herdy Afonso e Camila Aguiar Lins do Nascimento, são apresentados em "Zona de impacto: conservação da natureza, Porto do Açu e populações

locais: o caso das comunidades extrativistas artesanais no Parque Estadual da Lagoa do Açu - RJ". Esta colaboração de pesquisa, conduzida pela reconhecida pesquisadora ambiental, Dra. Alba Simon, destaca os conflitos ambientais da implantação do CLIPA e do Parque Estadual da Lagoa do Açu - PELAG. A análise do PELAG, criado no âmbito do licenciamento do CLIPA, aprofunda a crítica ao modelo adotado, iniciado no primeiro artigo, e analisa esta área de sustento de diversas comunidades extrativistas, caracterizada como 'Zona de Impacto'. Ao longo da discussão, os autores também apresentam os aspectos políticos e jurídicos que contribuíram para a implementação do empreendimento e, por fim, rompem definitivamente a imagem de redenção, o que foi também realizado no primeiro artigo, com a conclusão de que CLIPA e PELAG 'inauguram a expulsão compulsória e aprofundam a vulnerabilidade social das comunidades extrativistas a partir de supostas conquistas, benefícios e compensações ambientais ou novos compromissos'. Diante do cenário apresentado pelos dois primeiros trabalhos, o artigo "Porto do Açu: uma análise de conteúdo das notícias na mídia impressa regional", resultado de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Regional e Gestão da Cidade, pela Universidade Candido Mendes - Campos/RJ (UCAM-Campos), analisa um importante agente deste contexto, a mídia. A colaboração da jovem pesquisadora, a Ma. Dayanne Vieira Maia, com a Dra. Rosélia Piquet, referência nacional na área, e o Dr. Eduardo Shimoda, destacado pesquisador da UCAM-Campos, aponta as nuances na abordagem jornalística que, inicialmente, não trata dos impactos do empreendimento sobre o território, mas de sua magnitude e importância para o progresso. Questões ambientais e socioeconômicas apareceriam apenas no declínio das expectativas, marcado pela derrocada do Grupo X, do empresário Eike Batista, proprietário original do empreendimento. Ao fim do minucioso

processo de levantamento e análise das reportagens selecionadas, os autores concluem com uma importante crítica, que ganha espaço em todo o cenário nacional contemporâneo, ao papel da mídia impressa, que 'não contribuiu para a reflexão e o debate ponderado das questões relacionadas ao Porto'.

Em "Grandes Projetos de Investimento e produção do espaço fluminense - notas sobre a Instalação do Porto do Açu em São João da Barra - RJ", quarto artigo deste número, a Ma. Gabriela Rebello Martins discorre sobre o modelo econômico pautado pela intervenção do capital internacional no setor portuário no Brasil e seus reflexos na produção do espaço. Em breve histórico do Porto do Açu, sinaliza, também, uma crítica aos impactos produzidos, ao papel da mídia e à proposta de desenvolvimento, que não se concretizou.

No quinto e último artigo, intitulado "A estruturação e a dinamização do cluster portuário do Açu: uma abordagem prospectiva", Reyneé Bitencourt, pesquisadora em formação, e os professores Dr. Edson Terra Azevedo Filho (UENF), Dr. Alcimar das Chagas Ribeiro (UENF), Dr. Henrique da Hora (IFF), e o Me. Túlio Baita Reis (ISECENSA), com atuação destacada em pesquisas sobre a Região Norte Fluminense, contribuem para as reflexões acerca das expectativas não confirmadas do CLIPA. A partir da adoção do método de prospectiva estratégica, identificaram quarenta 'fatores que apresentam certa influência no processo de estruturação e desenvolvimento do cluster portuário do Açu'. Como conclusão, apontam, como contribuição para o desenvolvimento da região e dinamização do setor, o direcionamento de esforços, por parte dos atores políticos e privados competentes, para as 'variáveis de ligação': 'atratividade para instalação de empresas e direcionamento econômico do porto para o setor de P&G [petróleo e gás natural]'

Por fim, entendemos que o conjunto de resultados das pesquisas publicadas e as críticas relacionadas contribuem

particularmente, diante da conjuntura nacional marcada pela relação espúria entre público e privado, tratada com conveniência e conivência pela mídia, para a reflexão, a partir do Porto do Açu, acerca dos processos de tomada de decisão e das alternativas locais

de GPIs, seus impactos, seu papel no desenvolvimento regional e sua eficácia enquanto modelo, no contexto de um país de capitalismo periférico. O Porto do Açu, dissecado em suas múltiplas faces, é aqui analisado enquanto parte da estratégia de inserção econômica do

Brasil neste novo cenário mundial, influenciado por atores internacionais, e seus piores reflexos sobre comunidades invisibilizadas e o ambiente natural, vítimas constantes deste neodesenvolvimentismo tupiniquim.

Notas

¹ O novo proprietário alterou a sigla do empreendimento de CLIPA para CIPA.

Referências

- CRUZ, C. B.; SILVA, V. P. Grandes Projetos de Investimento: a construção de hidrelétricas e a criação de novos territórios. *Sociedade & Natureza*, v. 22, n. 1, p. 181-190, 2010.
- CRUZ, J. L. V.; TERRA, D.; ALMEIDA, É. (Des)integração periférica e espaços regionais globalizados. In: **XIV Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Pesquisadores em Globalização e Território**. Monterrey/México, 2016.
- CRUZ, J. L. V. Os desafios na região brasileira do petróleo. In: CRUZ, J. L. V. (Org.). **Brasil, o desafio da diversidade**. Rio de Janeiro: SENAC Nacional, 2005. pp. 49-104.
- PIQUET, R.; OLIVEIRA, E. L. Empresas e empresários do Norte Fluminense: uma análise qualitativa. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 7, n. 1, p. 111-123, 2005.

PÓS-GRADUAÇÃO EM:

Gestão e Orientação
Educativa

Educação Especial
e Inclusiva

Psicopedagogia
Institucional e Clínica